

# As Fronteiras da Economia Solidária

## Uma análise a partir do Mapeamento Nacional

*Cláudio Ogando*<sup>1</sup>

O presente trabalho tem como objetivo estudar as características da economia solidária com base nos dados do Primeiro Mapeamento e no processo do Segundo Mapeamento Nacional. A pergunta que norteia este estudo é “Qual a configuração atual e quais as fronteiras de definição e reconhecimento que definem um empreendimento de economia solidária?” Isto é, o que podemos considerar economia solidária e o que não podemos, não apenas com o conceito trabalhado e amplamente difundido, mas com a realidade, a variedade e a ambivalência com a qual nos deparamos no dia a dia. Como metodologia, farei uma análise dos dados do primeiro mapeamento, tentando reconhecer tipologias entre empreendimentos. Em seguida abordarei alguns aspectos observados durante o processo do segundo mapeamento. Por fim proporei alguns critérios de análise para poder avaliar aqueles empreendimentos que são incluídos neste tipo de política pública e aqueles que fazem parte do que pode ser chamado de “fronteira” da economia solidária.

**Palavras-chave:** política pública, economia solidária, mapeamento nacional

### **Introdução**

O presente trabalho tem como objetivo estudar as características da economia solidária com base nos dados do Primeiro e Segundo Mapeamento Nacional. O primeiro Mapeamento Nacional foi realizado em 2005, com uma ampliação em 2007. O Segundo Mapeamento Nacional está em fase de finalização.

Do Primeiro Mapeamento Nacional, tentarei, além de dar dados básicos amplamente difundidos, apresentar alguma tipologia e tendências que foram verificadas e que se tentou apreender no Segundo Mapeamento – sendo o exemplo mais claro desta tendência a grande participação das mulheres, o que incentivou a inclusão de uma folha com questões específicas para empreendimentos que tinham mulheres entre os associados.

Do segundo mapeamento, embora os dados ainda estejam em análise, é possível fazer apontamentos, principalmente pelo meu envolvimento direto no processo, como

---

<sup>1</sup> Licenciado em Ciências Sociais (Unisinos), Mestre em Sociologia Política (UFSC), Assistente de Pesquisa do Grupo de Economia Solidária e Cooperativa do PPG de Sociologia da Unisinos.

coordenador técnico estadual<sup>2</sup> – e entrevistador em um último momento – e atualmente no trabalho da consolidação da base de dados do Brasil<sup>3</sup>.

A pergunta que norteia este estudo é “Qual a configuração atual dos empreendimentos econômicos solidários que fazem parte do Mapeamento Nacional. E quais as fronteiras de definição e de reconhecimento em que é possível afirmar ser aquele um empreendimento de economia solidária?”. Isto é, o que podemos considerar economia solidária e o que não podemos, não apenas com o conceito trabalhado e amplamente difundido, mas com a realidade, a variedade e, principalmente, a ambivalência com a qual nos deparamos no dia a dia.

Para além dos critérios de tipo ideal de pesquisas que consolidaram o conceito, dos critérios da SENAES (Secretária Nacional de Economia Solidária) utilizados no Mapeamento e do conceito base para o Marco Legal, o que interessa neste trabalho é avaliar um pouco a realidade do que se vê, ou do que se pôde detectar, durante o processo do Mapeamento.

É uma pergunta que parece óbvia em um primeiro momento, e de fato é. Sabe-se o que mapear, onde procurar, quem são as pessoas. Muitas vezes são conhecidos que integram o movimento de economia solidária. Não é acompanhando empreendimentos urbanos, apoiados por incubadoras, nem em fóruns, nem mesmo nas feiras que esta dúvida surge. Mas são naqueles casos duvidosos em que nem mesmo os empreendedores associados sabem que são.

São pessoas que trabalham junto, costurando, vendendo, cozinhando, no processo de reprodução da vida, com valores, respeitando o meio, e que já foi muito bem descrito. Que possuem nesta atividade econômica valores humanos como a dádiva, o dom, a solidariedade, a cooperação e a igualdade, mesmo sem estarem inseridas no movimento, seja pelo desconhecimento, seja, por vezes, pelo isolamento.

Este tipo de atividade é antiga no Brasil e no mundo, como já foi muito bem descrito (GAIGER, 2000; LECHAT, 2003). No Brasil, nos últimos tempos, o conceito 1) ganhou forma – Economia Solidária no Brasil, Economia Social nos demais países da América Latina –; 2) ganhou espaço no Brasil, marcado pela criação da SENAES que

---

<sup>2</sup> Realizado pelo Programa Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários, do Instituto Humanitas Unisinos, sob coordenação da Profa. Vera Schmitz.

<sup>3</sup> Realizado pelo Grupo de Pesquisa em Economia Popular e Solidária, do PPG de Sociologia da Unisinos, sob coordenação do Prof. Luiz Inácio Gaiger.

3) realizou o Mapeamento, donde 4) veio o reconhecimento, com políticas públicas direcionadas para estes setores e agora 5) com a Campanha Nacional do Marco Legal da economia solidária, reconhecendo a importância econômica e social deste arranjo produtivo para a vida de uma grande parte da população do país, mas além disso, como um meio natural, integrado, espontâneo de atividade importante à preservação da cultura de um povo e ao meio em que elas vivem.

Porém, há dificuldade em reconhecer a economia solidária para alguns devido à ambivalência dos arranjos produtivos (Gaiger, 2012). Por exemplo, no caso dos grupos informais a confusão se dá entre a economia informal e grupos informais de economia solidária (ex. alguns grupos que vendem produtos que não são produzidos por eles). No caso das associações, a confusão se dá entre as associações de representação e comunitárias (como associações de mães, APAE) e as associações de fins econômicos (a maior parte dos empreendimentos econômicos solidários). E no caso das cooperativas a dúvida está entre aquelas de grande porte que são administradas como empresas e as cooperativas autogestionárias de fato (além das falsas cooperativas de trabalho, conhecidas como “coopergatos”<sup>4</sup>).

Este trabalho é ainda um estudo inicial e uma impressão geral sobre o Segundo Mapeamento Nacional de empreendimentos econômicos solidários. Para a melhor compreensão apresentarei no primeiro capítulo uma recapitulação do primeiro mapeamento com uma visão geral da proposta do SIES e em seguida, os dados, resultados observados, algumas tipologias e perguntas levantadas para o segundo mapeamento.

No segundo capítulo tratarei sobre o trabalho durante o segundo mapeamento. Será uma abordagem mais qualitativa do que quantitativa. Apresentarei algumas observações, tendências para os resultados do segundo mapeamento e alguns resultados iniciais. Em seguida as proposições levantadas com base na observação de campo, trazidas para análise.

Na terceira parte do trabalho, abordarei a questão principal do artigo que são as fronteiras da economia solidária. Para isso proporei alguns critérios de análise para

---

<sup>4</sup> As “coopergatos” são cooperativas de trabalho criadas para fornecer mão-de-obra para empresas sem que elas precisem pagar encargos trabalhistas. Muitas vezes são fruto de um meio industrial em que ocorreu desemprego em massa, como no setor calçadista do RS. Ou seja, algo que seria um meio para a emancipação do trabalhador, como é o cooperativismo, torna-se um meio disfarçado para a precarização do seu trabalho.

avaliar o que é e o que não é considerado como empreendimento de economia solidária. Neste momento analisarei o que diferencia estes empreendimentos a serem incluídos ou não neste tipo de política pública, como o mapeamento, o acompanhamento das incubadoras entre outras.

É sempre necessária uma discussão e uma reflexão mais aprofundada sobre estes conceitos, seja para a formação contínua de novos associados, pesquisadores e militantes; seja para o entendimento deste arranjo produtivo de grande importância, que tem raízes e formas de se apresentar diversas em nosso país, por se tratar de uma forma muito adaptável, assim como é a economia popular de um modo geral.

## **1. Dados do Primeiro Mapeamento Nacional**

O banco de dados dos empreendimentos de economia solidária é denominado SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária)<sup>5</sup>. Estes dados foram obtidos através do Mapeamento da economia solidária no Brasil, uma pesquisa que abrangeu todo o território nacional, realizado por instituições (incubadoras universitárias, entidades de apoio e fomento) que foram selecionadas através de edital.

O primeiro mapeamento foi realizado em 2005, e em 2007 esta base de dados foi aumentada, chegando a pouco mais de 22 mil empreendimentos em todo o Brasil. No ano de 2010, prologando-se um pouco mais em alguns estados, foi realizado o que é considerado o Segundo Mapeamento Nacional.

O mapeamento é, portanto, a primeira grande amostragem que se tem, em âmbito nacional, dos empreendimentos econômicos solidários e a primeira tentativa de identificar estes empreendimentos e sua dimensão em território nacional. As informações nele coletadas constituem um retrato da economia solidária no Brasil no ano de 2005-2007 e 2010-2012.

O trabalho foi realizado para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, e tinha entre seus objetivos (SENAES, 2005):

identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil;  
fortalecer a organização e integrar redes de produção,  
comercialização e consumo; promover o comércio justo e o

---

<sup>5</sup> Os dados do SIES podem ser acessados no seguinte endereço eletrônico:  
<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>.

consumo ético; subsidiar a formulação de políticas públicas; facilitar a realização de estudos e pesquisas; dar visibilidade à economia solidária para obter reconhecimento e apoio público.

A SENAES foi instituída no Ministério do Trabalho em junho de 2003. Desde sua criação, o órgão tem a proposta de realização de um levantamento amplo de informações e a criação de um banco de dados nacional sobre a economia solidária. O movimento da economia solidária já demandava este reconhecimento a fim de facilitar medidas de políticas públicas, além de um maior conhecimento do perfil desta forma de geração de trabalho e renda.

Foi definido, a partir de então, que o mapeamento abrangeria informações principalmente sobre os empreendimentos econômicos solidários (EES) e, de forma complementar, sobre as entidades de apoio, assessoria e fomento (EAF). A seguir, elaborou-se um questionário amplo abrangendo questões abertas e de múltiplas respostas num total de 72 itens divididos em seis segmentos: 1) identificação, abrangência e características gerais; 2) tipificação e dimensionamento da atividade econômica; 3) investimentos, acesso a crédito e apoios; 4) gestão do empreendimento; 5) situação de trabalho no empreendimento; e 6) dimensão sociopolítica e ambiental.

A proposta era elaborar um conjunto de questões que pudesse captar minimamente informações objetivas sobre a economia solidária e, ao mesmo tempo, que traduzisse os valores mais subjetivos considerados importantes nesta “outra economia”, para refletir a realidade também social em que se inseriam estes agentes.

O resultado deste mapeamento ofereceu-nos uma considerável base de dados quantitativos que permitiu elaborar um perfil diferenciado da economia solidária no Brasil e analisar suas capacidades, potencialidades e seus limites, considerando principalmente os seguintes aspectos: inclusão social pela via da geração de trabalho e melhoria de renda; constituição de redes de comércio e consumo justos; potencial organizativo na formulação de políticas alternativas de desenvolvimento com relações de trabalho mais igualitárias.

Permitiu, também, o dimensionamento das demandas e de identificação da localização espacial dos empreendimentos e a melhor compreensão sobre essa nova realidade, para que o poder público, nas esferas municipal, estadual e federal, em parceria com as organizações da sociedade civil, pudesse ampliar e aperfeiçoar ações na direção de uma política pública direcionada à economia solidária.

No primeiro mapeamento foram mapeados 21855 empreendimentos. Destes aproximadamente 52% são associações, 36,5% são grupos informais e aproximadamente 10% são cooperativas e apenas 1,5% se organizam como empresas.

O maior motivo para a organização destas associações, além do próprio trabalho associativo, é obter financiamento para empreender, seja na produção seja na aquisição de materiais de uso coletivo para o trabalho. Grande parte deste tipo de empreendimento é rural e consiste em associações comunitárias de produção.

A segunda forma de organização mais comum são os grupos informais. Nestes se incluem os empreendimentos ainda em formação e outros que se baseiam em uma produção doméstica, de economia informal, com um pequeno número de sócios. Apesar de serem em grande número, no primeiro mapeamento, não correspondiam ao maior número de sócios, que se encontravam nas associações, principalmente rurais, e nas cooperativas.

As cooperativas são a terceira forma mais comum de empreendimento e não possui um tipo específico de EES, contando com cooperativas de crédito, de profissionais liberais (fisioterapeutas, advogados), serviços (motoboys, taxistas), de produção fabril, educacional, habitacional, de reciclagem e de produtores rurais.

A área de atuação dos empreendimentos é assim dividida: 50% estão localizados na área rural, 33% na área urbana e 17% na área rural e urbana. Este número condiz com a atividade declarada. A maioria dos empreendimentos dedica-se a alguma atividade rural: 55% dedicam-se à agricultura, pecuária, pesca ou extrativismo. A agricultura é a atividade econômica predominante na economia solidária; sendo uma saída para pequenos produtores rurais, assentados, para a agricultura familiar, associações de distribuição, entre outras formas de arranjo da produção ligada à terra. 13% estão ligados à pecuária. Na área rural predominam as associações, que é a forma de organização da maioria de empreendimentos de agricultura e pecuária.

Os empreendimentos urbanos dedicam-se, em sua grande maioria, às atividades de produção e prestação de serviços, nos ramos de alimentação, confecção, artesanato, indústria de transformação, reciclagem e, ainda, crédito e finanças.

São cerca de 1,35 milhão de associados, sendo que destes aproximadamente 470 mil trabalham no empreendimento. A ampla predominância numérica de sócios sobre trabalhadores, em organizações dedicadas à atividade econômica, deve-se, segundo Gaiger (2007), à coexistência de dois tipos fundamentais de empreendimento:

Aqueles cuja atividade principal representa a fonte primordial de ocupação e de renda dos seus integrantes, desenvolvendo-se através de processos de socialização dos meios de produção ou de coletivização do trabalho. Estão nesse grupo: empresas autogestionárias recuperadas, pequenas sociedades econômicas, grupos de produção, cooperativas de produção agropecuária, cooperativas de trabalho, associações de pescadores, unidades coletivas de triagem de resíduos urbanos e organizações econômicas de comunidades tradicionais.

Aqueles cuja atividade coletiva principal aporta benefícios e serviços para as economias individuais ou familiares dos seus integrantes. São suas expressões típicas: associações de pequenos produtores rurais, cooperativas de trabalho (nas quais apenas a organização dos serviços é coletiva), clubes de troca, centrais e redes de comercialização, bancos populares, fundos rotativos, cooperativas de crédito, hortas comunitárias e cooperativas de eletrificação ou de abastecimento de água.

## **2. Segundo mapeamento nacional**

O processo do segundo mapeamento nacional teve início no ano de 2009. Os objetivos eram atualizar e ampliar a base de dados do SIES no país com informações de Empreendimentos Econômicos Solidários e Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária já cadastrados no SIES. Além disso, algo que não havia ocorrido no Primeiro Mapeamento: coletar e inserir na base de dados do SIES informações sobre Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil.

Foi proposta uma meta de revisita a todos os empreendimentos e aumento de 25% dos empreendimentos. O número do mapeamento representa duas coisas: primeiramente o óbvio, o número de empreendimentos em funcionamento, mas também a maior mobilização dos estados. O mapeamento não é um censo, mas uma amostragem, que tenta ser a mais ampla possível, do número de empreendimentos.

Se analisarmos por data de fundamento muitos dos “novos” empreendimentos surgiram antes do período do primeiro mapeamento, mas como a mobilização neste mapeamento de alguns estados foi maior, também por este motivo foi possível aumentar este número.

No Rio Grande do Sul não ocorreu a mesma coisa. Tendo sido o estado com o maior número de empreendimentos mapeados em 2005-2007, foi um número difícil de

alcançar nos três meses de trabalho, além de outros motivos como o maior rigor nos critérios, o que acabou excluindo muitos empreendimentos do mapeamento.

Durante o segundo mapeamento a impressão dos entrevistadores era de que de cada dois empreendimentos que haviam sido mapeados em 2005/2007, encontrava-se nas visitas apenas um. O que estava sendo confirmado depois pelos dados. Ou seja, metade dos empreendimentos entrou em uma destas situações: deixou de existir, mudou de nome, mudou de endereço ou deixou de atender os critérios do SIES.

Primeiramente, sobre os que deixaram de existir: essas são dificuldades naturais que todo empreendimento tem. As causas de estes empreendimentos terem perecido será algo interessante de ser estudado. Porém, pelas informações que o questionário fornece, estudar alguma característica em comum destes seria o mais viável.

Como uma análise preliminar, de observação empírica, é possível dizer que um dos fatores encontrados para os empreendimentos desistirem é o fim do apoio. Geralmente são empreendimentos incentivados por uma ONG e como ouvimos dizer: “acabou o apoio, acabou o empreendimento”. Muitas vezes as ONGs continuavam lá, mas os empreendimentos tinham se desfeito depois do fim daquele recurso ou, em alguns casos, a ONG também percia.

Quando são pessoas que faziam isso antes e que entraram para a economia solidária a atividade continua a mesma, mas mudam-se as configurações do empreendimento. Mas quando são grupos formados por entidades de apoio, muitas vezes elas costumam conciliar com aquilo que a entidade e o projeto propõem.

A economia solidária é muito adaptável, assim como é a economia popular de um modo geral. Portanto, empreendimentos mudam muito rápido de configuração entre seus componentes e de nome. Isso é muito comum no artesanato e na alimentação, por exemplo. Um dia duas mulheres fazem comida juntas, no outro se separam e cada uma vai para o seu lado, juntam-se a outras, põem outro nome (mas não saem da economia solidária, nem das instâncias de participação) e depois já estão juntas de novo e assim por diante. Por isso a importância de o mapeamento ser atualizado periodicamente e dos resultados serem disponibilizados com a maior rapidez possível, mostrando retratos de um momento.

O número de empreendimentos não encontrados também foi alto. O objetivo inicial era zerar este número, encontrando-os ou então tendo a confirmação de que ele



havia terminado. Porém, devido ao pouco tempo de trabalho de campo e do alto número da meta, em alguns casos não foi possível averiguar o paradeiro preciso destes empreendimentos. Não sendo encontrado por telefone e nem na visita, mesmo não tendo uma confirmação oficial, foram catalogados como não localizados.

Com relação aos que deixaram de atender os critérios do SIES, estes se dividem em dois: i) deixaram de existir de fato ou ii) nunca foram empreendimentos e foram mapeados errados no primeiro mapeamento.

É sempre necessária uma discussão e uma reflexão mais aprofundada sobre o que é e o que não é economia solidária. Como no exemplo de dois artesãos que trabalhavam juntos e se casaram e o empreendimento deixou de ser considerado econômico solidário de um dia para o outro, segundo o critério de que o empreendimento não deve ser familiar.

Dos casos dos que nunca foram empreendimentos e foram registrados como tendo deixado de atender os critérios do SIES, muitos casos foram empreendimentos que possuem apenas uma pessoa e foram mapeados equivocadamente no primeiro mapeamento. Houve também casos de empreendimentos de agricultura familiar que foram mapeados, mas não deveriam.

Por outro lado o mesmo número de novos surgiu. Isso mostra a difusão da economia solidária. Geralmente são pessoas que vinham de outros empreendimentos, continuaram acreditando na economia solidária, tanto no movimento, quanto na oportunidade e no apoio.

Outro fato observado é que grande parte das associações rurais, na verdade, são grupos informais, que se reconhecem como uma associação de trabalhadores e se denominam como tal, mesmo sem ter registro formal. Isso explica, também, o alto número de associações no primeiro mapeamento, o que no segundo ficou impedido, pois era necessário CNPJ para todas as associações. Provavelmente haverá uma queda no número de associações e um aumento no número de grupos informais.

Outras associações eram apenas entidades de representação. Neste novo mapeamento entraram como 'deixou de atender os critérios do SIES'. Representam muitas vezes grandes produtores que tem seu empreendimento registrado como empresa. É uma central de produtores, que por alguns critérios poderia ser considerado economia solidária, mas seria mais uma central de empresários rurais.

Em outros casos, funciona como um sindicato de agricultores, que encaminha os agricultores para o trabalho, de acordo com a demanda, a safra etc., além de ser também uma entidade de representação. Estes casos seriam melhor classificadas como uma Entidades de Apoio e Fomento (EAF).

Há outras questões parecidas duvidosas. Por exemplo, empreendimentos que eram um grupo no primeiro mapeamento, mas que continuaram apenas como ONG por ter terminado o apoio, devido ao caso já citado de ter sido criado para o empreendimento.

Além disso, existem alguns grupos não se reconhecem tanto como economia solidária, como catadores que se ligam mais aos movimentos da própria categoria deles e à gestão pública de resíduos sólidos<sup>6</sup>, mesmo sendo um dos melhores exemplos de economia solidária. Ou os agricultores rurais que se ligam à Emater e aos programas do Pronaf.

### **3. Fronteiras da economia solidária**

Durante o processo de capacitação dos coordenadores, dos entrevistadores, durante o trabalho de campo e até o trabalho dos digitadores, até as análises de dados, uma das perguntas que mais se ouve é “isso é economia solidária?”. É fácil respondermos naqueles empreendimentos que fazem parte dos fóruns, que estão nas incubadoras, que estão nas feiras de economia solidária e que fazem parte do movimento. Mas a pergunta vai para aqueles que não estão no movimento, que muitas vezes desconhecem-no, e que fazem parte, pela tradição e importância no Brasil, das formas alternativas de produção e de economia popular, e que podem ser considerados empreendimentos autogestionários, cooperativos e solidários.

A economia solidária é infinita. Além de ser adaptável, está incrustada na forma de organização do trabalho no Brasil. Existe um número enorme de “associações” de duas ou mais famílias de agricultores que vende em conjunto. Existem mulheres que costuram na casa de uma, prestam serviços de costura e são consideradas economia informal, mas podem ser economia solidaria, mais até do que alguns grupos de artesanato que estão nas feiras. Existem pequenos produtores que vendem para um

---

<sup>6</sup> Como previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

mercado local, sendo que até este mercado também pode ser considerado economia solidária.

Há dificuldade em reconhecer a economia solidária para alguns devido à ambivalência dos arranjos produtivos. No caso dos grupos informais a confusão se dá com a economia informal (informalidade). No caso das associações, a confusão ocorre entre as associações de representação e comunitárias (que seriam melhor classificadas como entidades de apoio) e as associações de fins econômicos. Além disso, a confusão entre cooperativas de grande porte que são consideradas empresas (Sicredi e todas as cooperativas de crédito que “distorceram” os valores do primeiro mapeamento com os números de sócios), além das que funcionam como empresas (como Leites Piá, Vinícola Aurora etc.) e as cooperativas autogestionárias de fato.

Quem faz parte hoje do mapeamento? Não são apenas empreendimentos econômicos solidários, mas, prioritariamente, empreendimentos econômicos solidários que fazem parte do movimento de economia solidária. Mapeiam-se, principalmente, aqueles que são “visíveis”, que tem alguma relação com um fórum ou uma entidade. Por vezes, aqueles empreendimentos que tem um determinado arranjo produtivo condizente com os critérios de economia solidária, mas que estão “isolados”, não são mapeados.

O mapeamento, mesmo com toda a abrangência que tem, não é um censo, mas uma ampla amostragem desta forma de organização. Por isso é necessário entrevistadores que conheçam a teoria da economia solidária e possam identificar aqueles que são empreendimentos, mesmo fora das instâncias de representação e dos espaços comuns.

Muitos empreendimentos não sabem ou não se consideram economia solidária. Não foram raros os entrevistadores que traziam pedidos dos entrevistados para “entrar” na economia solidária (sendo que muitas vezes eram tão ou mais solidários do que outros que participam ativamente). Outros reclamavam do fato de apenas alguns receberem apoio, pois tinham contato direto com algum político. Muitos achavam que estávamos fazendo o registro do empreendimento para um projeto de política pública diretamente.

Mesmo com todas as dificuldades vistas para encontrar e confirmar um empreendimento do primeiro mapeamento era visível que o mesmo número de empreendimentos novos surgiu. Geralmente, são pessoas que estão na economia

solidária e que continuarão. Pessoas que tinham outros empreendimentos que viram uma forma de desenvolver o seu trabalho com um ideal que condizia com aquilo que procuravam e através de uma forma de organização mais livre.

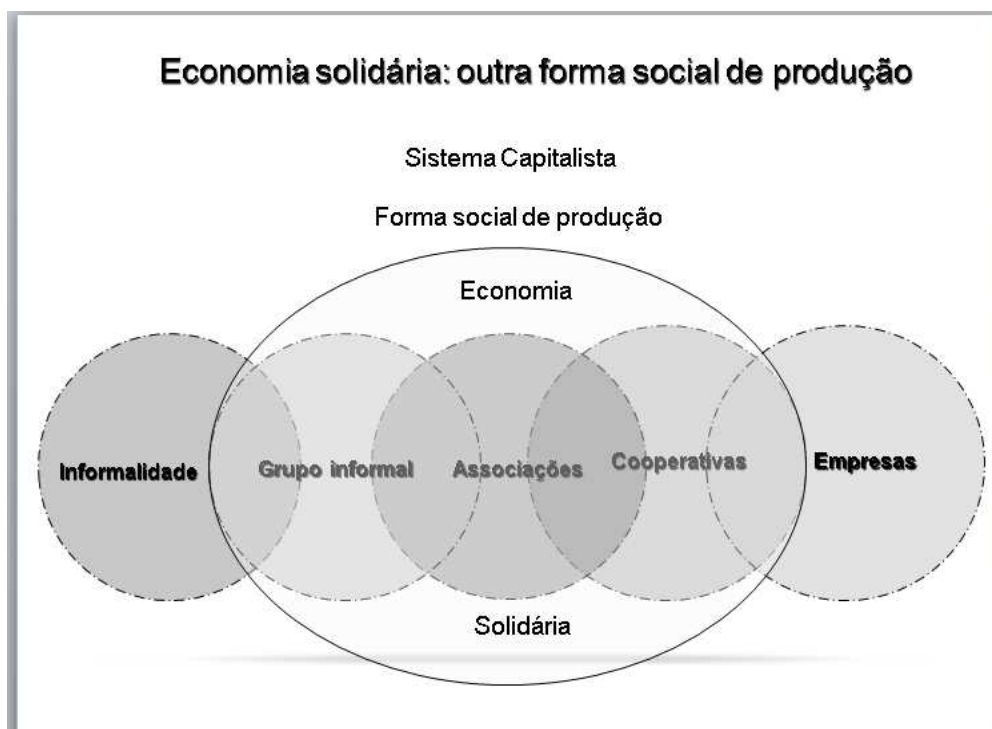
A economia solidária, porém, não se constitui como uma saída milagrosa, pois ela é plural, se configura de várias maneiras, e como em qualquer relação humana, há atritos. Existem distorções que muitas vezes desconfiguram a economia solidária como tal, com relações patronais e hierarquizadas. E em alguns casos com o próprio consentimento dos trabalhadores. Muitas vezes as relações de poder fogem do controle e passam a ser consenso entre os trabalhadores estabelecerem esta relação. As realidades são diversas e existem estudos sobre esta diversidade negativa. Este aspecto tem alguns limites que devem ser estabelecidos para não influenciarem nos princípios do que se entende por economia solidária, descaracterizando-a.

Segundo Gaiger (2003) apesar de a economia solidária ser uma outra *forma de produção*, apoiada em princípios de igualdade, ela abriga-se no interior do *modo de produção* capitalista, na categoria marxiana de modo de produção. Como modo de produção entende-se a forma como se organizam os indivíduos, em uma dada sociedade, em relação aos meios de produção, distribuição e consumo necessário para a subsistência. São, portanto, as relações sociais de produção em um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas. O conceito modo de produção aqui se entende, portanto, como o sistema econômico (produção e distribuição) vigente – no qual vivemos no capitalista.

Dentro desta perspectiva, no esquema abaixo tento mostrar graficamente as “interseções” que vemos nos empreendimentos de economia solidária. Primeiramente o fato de ela ser interna à forma social de produção capitalista. A economia informal e a maioria das empresas fazem parte da economia tradicional, ou capitalista. Dentro da economia solidária temos grupos informais, associações, cooperativas e, por vezes, empresas. As interseções se dão entre aqueles grupos informais que são confundidos e por vezes ocupam os mesmos espaços (como feiras livres) da economia informal. No outro extremo temos as cooperativas que se confundem com empresas, ou cooperativas que são empresas. Os empreendimentos econômicos solidários se interseccionam porque por vezes eles seguem o caminho de surgirem como grupos informais e passarem a ser associação e as associações se tornarem cooperativas (é importante frisar

que este gráfico não representa uma linha de evolução, mas o “campo” (cfe. Bourdieu) da economia solidária.

**Gráfico 1 – Economia solidária: outra forma social de produção**



**Elaborado pelo autor**

Estas variações podem ser melhor entendidas pela tabela abaixo. Na primeira coluna estão as quatro formas de organização encontradas na economia solidária. Na segunda coluna dou um exemplo típico desta forma de empreendimento dentro da economia solidária e na terceira coluna dou um exemplo de formas de organização que são confundidas com empreendimentos econômicos solidários, mas não são.

Com relação aos grupos informais de economia solidária, exemplos comuns são grupos de alimentos e artesanatos, que possuem todos aqueles princípios de autogestão, cooperação, divisão dos resultados e princípios fundantes já abordados. O que não é, mas por vezes pode ser confundido são grupos informais que possuem alguém que é o chefe e outros que vendem, ou famílias por exemplo, o que é muito comum. Além disso a economia informal tradicional (como camelôs, por exemplo, ou ambulantes) não se enquadram nos quesitos da economia solidária. A maioria dos grupos de ES inicia na informalidade, em geral mantêm relações econômicas informais com seus entornos e

com as economias de seus integrantes. Tanto a economia solidária quanto a informalidade primam pelo autoemprego (individual ou coletivo).

No caso das associações, são comuns na economia solidária associações de reciclagem, de agricultores, entre outras. Não são considerados EES aquelas associações que não tem fins economicos, mas apenas de apoio, ou que organizam uma atividade de arrecadação eventual, como associações de bairro, de mães, clubes sociais etc.

As cooperativas são consideradas de economia solidária se são empreendimentos organizados pelos associados, em que aqueles que trabalham tem os mesmos direito, de participação e resultados. Não são considerados EES aquelas cooperativas que são organizadas como empresas, com grande número de funcionários. São cooperativas e seguem o princípio das cooperativas, mas não se encaixam em empreendimentos economicos solidários.

**Tabela 1 – Exemplos de empreendimentos economicos solidários**

### VARIAÇÕES

<b>Forma de organização</b>	<b>Empreendimento típico</b>	<b>O que não é</b>
Grupo Informal	Alimentos, artesanato etc.	Economia informal / camelô
Associação	Reciclagem / Catadores	Associação de mães
Cooperativa	Metalúrgica / agrícola	<u>Sicredi</u> / Aurora / Piá / Unimed
Empresa	Sociedade com duas pessoas	Funcionários

Elaborado pelo autor

## **Considerações finais**

Este trabalho teve o objetivo de refletir sobre os tipos de empreendimentos que compõem o movimento da economia solidária e o mapeamento de economia solidária no Brasil. Para além disso, teve também o objetivo de refletir sobre a natureza da economia solidária e suas configurações e nuances encontradas na economia popular, informal e outros tipos de arranjos produtivos que encontramos na economia brasileira.

É possível ver um avanço no número de empreendimentos e no movimento da economia solidária como um todo. Mesmo com todas as dificuldades, são pessoas que estão na economia solidária e que continuarão. Pessoas que tinham outros empreendimentos que viram uma forma de desenvolver o seu trabalho com um ideal que condizia com aquilo que procuravam.

Há, porém, dificuldades em reconhecer a economia solidária para alguns devido à ambivalência dos arranjos produtivos. São pessoas que trabalham junto, no processo de reprodução da vida, com valores, respeitando o meio e o entorno. Que possuem nesta atividade econômica valores humanos como a dádiva, a solidariedade, a cooperação entre iguais, mesmo sem estarem inseridas no movimento.

Este tipo de atividade é antigo no Brasil e está em constante fortalecimento. Em 2003 ganhou espaço com a criação da SENAES, depois com o Primeiro Mapeamento em 2005-2007 e com o Segundo Mapeamento em fase final, o que gerou ainda maior reconhecimento por parte da sociedade e políticas públicas direcionadas para estes setores. E atualmente vive mais um capítulo importante com a Campanha Nacional do Marco Legal da Economia Solidária.

O Marco Legal vem ao encontro desta necessidade de se clarificar para o benefício dos verdadeiros empreendimentos. O Brasil tem hoje leis de Economia Solidária em níveis estaduais e municipais já aprovadas. Há leis que criam Conselhos Municipais ou Estaduais, outras que criam Fundos de apoio e financiamento aos empreendimentos solidários. Porém, não existem leis federais que reconhecem a Economia Solidária.

O projeto de lei tem como objetivo além da visibilidade e consolidação da economia solidária reconhecer a forma jurídica de empreendimentos econômicos solidários. E, a partir disto, leis como já existem em esferas estaduais e municipais de fornecimento de produtos e serviços pelos empreendimentos a órgãos públicos, assim

como ocorreu com a Política Nacional de Resíduos Sólidos em relação à limpeza urbana.

No documento de coleta de assinaturas da Campanha pelo Marco Legal o objetivo é a criação do

Sistema Nacional de Economia Solidária e o Fundo Nacional de Economia Solidária e cujos objetivos são: estabelecer as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição da Política Nacional de Economia Solidária e do Sistema Nacional de Economia Solidária, e instituir o Fundo Nacional de Economia Solidária, por meio dos quais o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas a fomentar a economia solidária e assegurar o direito ao trabalho associado.

É a tentativa de reconhecer e institucionalizar ainda mais a importância econômica e social deste arranjo produtivo para a vida de uma grande parte da população do país. Sendo um meio natural, integrado e espontâneo de atividade econômica destas pessoas e, além disso, muitas vezes, fundamental também para a preservação da cultura de um povo e do meio em que elas vivem.

### **Referências bibliográficas**

GAIGER, Luiz Inácio. **Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul**. In: SINGER, Paul & SOUZA, André (Orgs.). *A economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo. Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Caderno CRH (Salvador), nº 39, 2003c.

\_\_\_\_\_. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 79, Dezembro 2007.

LECHAT, Noëlle. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. UNICAMP. Campinas, 2002.